

Subconcessão da Autoestrada do Baixo Alentejo

Lanço H: IP2 — Beja/Castro Verde (A2/IP1) — Aditamento 3 — Nó de Albernoa

Expropriações: Mapa DUP

Parcela número	Nome do proprietário/ usufrutuário/ arrendatário	Morada	Código postal	Concelho	Freguesia	Matriz			Registo predial	Confrontações do Prédio				Área da parcela (metros quadrados)
						Rústica	Seção	Urbana		Norte	Sul	Nascente	Poente	
H-012-Z	Agrícola de Terges — Sociedade Agrícola e Pecuária, L.ª	Rua Alfredo Mirante, n.º 3, R/C Esquerdo.	7350-154 Elvas	Beja	União das Freguesias de Albernoa e Trindade.	16	E	-	479/19981223	Herdades da Rati-nha e Saramaga.	Outeiro da Trindade	Herdade do Vale de Agua.	Herdades da Corte Carrasco e Saramaga.	2.545,00
	Banco BPI, S. A. (Hipotecaário)	Rua Tenente Valadim, n.º 284.	4100-476 Porto											
H-013-Z	Eduardo Manuel da Conceição Colos Porfírio Franco.	Rua José Moedas, n.º 18, 1.º Direito.	7800-187 Beja	Beja	União das Freguesias de Albernoa e Trindade.	30	E	-	370/19951227	Domínio Público Rodoviário.	Manuel António Saramago Peste e Outros.	André Manuel Blanco Gomes Passanha Barbosa.	Domínio Público Rodoviário.	1.515,00

310375009

ECONOMIA

Gabinete da Secretária de Estado do Turismo

Despacho n.º 3195/2017

Atento o pedido de confirmação da utilidade turística atribuída a título prévio ao conjunto turístico São Lourenço do Barrocal (1.ª fase), sito em Monsaraz, concelho de Reguengos de Monsaraz, de que é requerente a sociedade São Lourenço do Barrocal — Investimentos Turísticos e Imobiliários, S. A.;

Tendo presentes os critérios legais aplicáveis e o parecer do Turismo de Portugal, I. P., que considera estarem reunidas as condições para a confirmação da utilidade turística atribuída a título prévio ao empreendimento, decido:

1 — Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 2.º e no n.º 3 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 423/83, de 5 de dezembro, confirmar a utilidade turística atribuída a título prévio ao conjunto turístico São Lourenço do Barrocal (1.ª fase);

2 — Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 423/83, de 5 de dezembro, fixar a validade da utilidade turística em 7 (sete) anos contados da data do Alvará de Autorização de Utilização n.º 12/2016, da Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz, de 15 de março de 2016, ou seja, até 15 de março de 2023;

3 — Nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 e no n.º 4 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 423/83, de 5 de dezembro, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 38/94, de 8 de fevereiro, determino que a proprietária e exploradora do empreendimento fiquem isentas das taxas devidas à Inspeção-Geral das Atividades Culturais, pelo mesmo prazo fixado para a utilidade turística, caso as mesmas sejam, ou venham a ser, devidas;

4 — A utilidade turística fica, ao abrigo do disposto no artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 423/83, de 5 de dezembro, sujeita ao cumprimento do seguinte condicionamento: o empreendimento deverá manter-se como conjunto turístico e as suas componentes sujeitas a classificação não poderão ser desclassificadas.

Nos termos do disposto no artigo 124.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, não foi realizada a audiência prévia da interessada no presente procedimento, dado que se verifica a previsão da alínea f) do n.º 1 do artigo citado.

4 de abril de 2017. — A Secretária de Estado do Turismo, *Ana Manuel Jerónimo Lopes Correia Mendes Godinho*.

310414707

Secretaria-Geral

Aviso n.º 4030/2017

Em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, após a conclusão do procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, tendo em vista o preenchimento de um posto de trabalho da carreira/categoria de Técnico Superior do mapa de pessoal da Secretaria-Geral da Economia, aberto pelo Aviso n.º 3092/2016, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 47, de 8 de março, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, na carreira/categoria de Técnico Superior, a partir de 1 de março de 2017, com a trabalhadora Sílvia Catarina André Sousa Vale Pereira, tendo a mesma ficado posicionada na 2.ª posição remuneratória e no 15.º nível, previsto na tabela remuneratória única.

22 de março de 2017. — A Secretária-Geral, *Maria Ermelinda Paulo Rodrigues da Silva Carrachás*.

310372985

Direção-Geral de Energia e Geologia

Aviso n.º 4031/2017

Faz-se público, nos termos e para efeitos do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 88/90, de 16 de março, que Ozdogu Portugal Mining and Exploration L.ª, requereu a atribuição de direitos de prospeção e pesquisa de depósitos minerais de cobre, chumbo, zinco, prata, ouro e minerais associados para uma área denominada “Barrigão 2”, localizada

nos concelhos de Almodôvar, Mértola, Alcoutim e Loulé, ficando a corresponder-lhe uma área de 478,941 km², constituída por 1 bloco, delimitada pela poligonal cujos vértices, se indicam seguidamente, em coordenadas no sistema PT-TM06/ETRS89:

Vértice	X (m)	Y (m)
1	12477,305	-237599,576
2	19477,262	-237599,450
3	21879,287	-234853,262
4	23419,205	-233095,746
5	37038,593	-240349,300
6	32082,217	-252450,064
7	22204,000	-250845,000
8	11002,000	-255956,000
9	-469,526	-246492,976

Atendendo ao Decreto-Lei n.º 88/90, de 16 de março, convidam-se todos os interessados, no prazo de 30 dias a contar da data da publicação do presente aviso, a apresentar por escrito:

- a) Ao abrigo do n.º 1 do artigo 6.º, reclamações fundamentadas.
b) Ao abrigo do n.º 1 e do n.º 3 do artigo 5.º, propostas contratuais para a área do presente Aviso.

O pedido está patente para consulta, dentro das horas de expediente, na Direção de Serviços de Minas e Pedreiras, da Direção-Geral de Energia e Geologia, sita na Av.ª 5 de Outubro, n.º 208-6.º Andar, (ed. Santa Maria), 1069-203 Lisboa, entidade para quem devem ser remetidas as reclamações bem como as propostas contratuais. O presente aviso, planta de localização e a publicitação do pedido estão também disponíveis na página eletrónica desta Direção-Geral.

20 de março de 2017. — A Subdiretora-Geral, *Cristina Lourenço*.
310367241

Aviso n.º 4032/2017

Faz-se público, nos termos e para efeitos do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 88/90, de 16 de março, que Ozdogu Portugal Mining and Exploration L.ª, requereu a atribuição de direitos de prospeção e pesquisa de depósitos minerais de cobre, chumbo, zinco, prata, ouro e minerais associados para uma área denominada “Cercal 1”, localizada nos concelhos de Sines, Santiago do Cacém e Odemira, ficando a corresponder-lhe uma área de 482,321km², constituída por 1 bloco, delimitada pela poligonal cujos vértices, se indicam seguidamente, em coordenadas no sistema PT-TM06/ETRS89:

Vértice	X (m)	Y (m)
1	-51335,000	-196012,000
2	-34345,831	-224572,456
3	-44557,000	-235144,000
4	-54217,000	-220763,000
5	-57874,154	-212015,379
6	-57674,866	-193673,694

À poligonal indicada exclui-se a poligonal cujos vértices, se indicam seguidamente, em coordenadas no sistema PT-TM06/ETRS89:

Vértice	X (m)	Y (m)
1	-51685,643	-208444,968
2	-51285,031	-209052,636
3	-49881,448	-208269,435
4	-49578,795	-208057,700
5	-49297,136	-208637,516
6	-49715,881	-209023,956
7	-50327,747	-209463,617
8	-51143,015	-210937,178
9	-49607,821	-210705,945
10	-48484,901	-209501,981

Vértice	X (m)	Y (m)
11	-48176,359	-208701,617
12	-48339,736	-208476,499
13	-47537,683	-207959,925
14	-47886,017	-207471,720
15	-48642,427	-207957,834
16	-49074,778	-207080,456
17	-48560,843	-206791,355
18	-49161,387	-206098,445
19	-50552,498	-207198,589
20	-51215,497	-206270,425
21	-51773,272	-207610,196

Atendendo ao Decreto-Lei n.º 88/90, de 16 de março, convidam-se todos os interessados, no prazo de 30 dias a contar da data da publicação do presente aviso, a apresentar por escrito:

- a) Ao abrigo do n.º 1 do artigo 6.º, reclamações fundamentadas.
b) Ao abrigo do n.º 1 e do n.º 3 do artigo 5.º, propostas contratuais para a área do presente Aviso.

O pedido está patente para consulta, dentro das horas de expediente, na Direção de Serviços de Minas e Pedreiras, da Direção-Geral de Energia e Geologia, sita na Av.ª 5 de Outubro, n.º 208-6.º Andar, (ed. Santa Maria), 1069-203 Lisboa, entidade para quem devem ser remetidas as reclamações bem como as propostas contratuais. O presente aviso, planta de localização e a publicitação do pedido estão também disponíveis na página eletrónica desta Direção-Geral.

21 de março de 2017. — A Subdiretora-Geral, *Cristina Lourenço*.
310373243

Instituto Português da Qualidade, I. P.

Despacho n.º 3196/2017

Certificado de reconhecimento de qualificação de instalador de dispositivos limitadores de velocidade n.º 101.99.17.6.03

Ao abrigo do artigo n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 46/2005, de 23 de fevereiro e nos termos das disposições da Portaria n.º 279/95, de 7 de abril, é reconhecida a qualificação à empresa:

Auto J. N. I. — Reparações, L.ª
Rua N.ª Sr.ª das Dores, n.º 185C
2420-403 Boavista

na qualidade de Instalador de dispositivos limitadores de velocidade, estando autorizado a colocar a respetiva marca própria, em anexo, nos locais previstos nos respetivos esquemas de selagem.

O presente reconhecimento de qualificação é válido por um ano, renovável após prévia auditoria.

É revogado o certificado de reconhecimento de qualificação de instalador de dispositivos limitadores de velocidade n.º 101.99.96.6.165, da empresa João Lourenço Alves, publicado no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 223, de 25 de setembro de 1996.

13 de março de 2017. — O Presidente do Conselho Diretivo, *J. Marques dos Santos*.

